

SOBRE ARTES ESQUECIDAS

Igor José de Renó Machado

As arguições de defesa (de mestrado, doutorado ou de monografias de graduação) são parte fundamental da produção do conhecimento em antropologia e muitas ciências, humanas ou exatas. Cada área de conhecimento estabelece, meio que informalmente, padrões de análise dos trabalhos, refletidos nos estilos de arguição. Quando se fala de arguições, não se fala da mesma coisa, há histórias de condensação de práticas e estilos em cada uma das áreas de conhecimento. De certa forma, é a arte das arguições uma parte fundamental da constituição das identidades científicas. São rituais modelados à feição dessas condensações de valores e expectativas em relação aos futuros profissionais. E sim, são rituais de passagem, pois as arguições produzem a mágica de transformar um neófito num mestre, num doutor, num agente efetivo e legítimo de uma comunidade de conhecimento.

E como ritual em sociedades estatais, é necessariamente referendado pelo estado na forma de reconhecimento de diplomas, de concessão de graus de escolaridade. Isso tudo faz da arguição um momento central na reprodução da estrutura da universidade: ela permite a emergência de novos profissionais e, portanto, a reprodução de si mesma ao longo do tempo. Embora central à própria existência da universidade, a arguição é um conhecimento em si exotérico: não se aprende a arguir, não há cursos de arguição, não há padronização dos processos de arguição. Não há formalização de qualquer ordem sobre a arguição.

Compare-se a arguição com outras formas de condensação de conhecimento legitimadas nas comunidades de conhecimento acadêmicas. O artigo, por exemplo, é um objeto absolutamente bem definido em termos de estrutura. Aprendemos a fazer artigos em aulas de métodos, com nossos orientadores, com nossos pares. Temos artigos corrigidos pelos nossos colegas (para quem apresentamos, ansiosos, versões primeiras), corrigidos pelos/as orientadores/as, escrutinados pelos pareceristas etc. Há uma conjugação de esforços para que o conhecimento na forma “artigo” seja bem definido e compartilhado. O mesmo se pode dizer dos livros e seus capítulos, obviamente.

Os projetos são outro objeto de conhecimento fundamental a essas comunidades, as quais necessitam de instrumentos que possibilitem a divisão dos recursos reais efetivos e simbólicos distintivos para criar clivagens, hierarquias e estamentos. São os projetos parte fundamental nessa estruturação do campo acadêmico: é preciso um projeto para pedir a bolsa de produtividade CNPq, por exemplo, para solicitar recursos às agências de fomento, para concorrer às bolsas variadas que o sistema oferece. Sempre o primeiro objeto de conhecimento para iniciar esses processos de distinção é o projeto. Escrever projetos é uma arte importante para as comunidades de conhecimento acadêmicas: ele é um operador mágico da constituição de diferenças dentro das comunidades. Por isso, é parte efetiva dos processos de ensino acadêmicos, há disciplinas sobre método e escrita de projetos, há disciplinas inteiras de discussão de projetos dos alunos ingressantes em pós-graduação, cuja finalidade é justamente adequar os projetos ainda incipientes dos alunos aos moldes oficiais das agências de fomento, das avaliações competitivas por bolsas etc. Os projetos são instrumentos, objetos, artefatos de conhecimento com peso grande na vida acadêmica de qualquer professor universitário.

Assim, aprendemos a fazer artigos, capítulos de livros e projetos. Da mesma forma como aprendemos a fazer outros objetos-conhecimento fundamentais: as teses e dissertações. Essas são as formas mais densas de expressão do conhecimento. São essas peças que instituem a possibilidade de graus de conhecimento, por um lado, e são, por outro, o sustentáculo natural do conhecimento arquivado nas várias comunidades de conhecimento acadêmico. Produzimos teses. Produzimos dissertações. Elas provam ao mundo o desenvolvimento do conhecimento, elas são disponibilizadas gratuitamente em portais digitais, elas expressam o esforço dos programas de pós-graduação. Uma pós-graduação é, ao final das contas, o conjunto de dissertações e teses produzidas em seu seio.

Aprendemos a fazê-las nos mesmos cursos de métodos e na relação íntima com orientadores/as. Passamos muito tempo pensando em como apresentar esse objeto, como construí-lo, como deixá-lo vivo. Mas a tese e a dissertação em si não garantem o estatuto de “mestre” e “doutor”, esses só se obtêm com o ritual de defesa, permeado por esse outro objeto-conhecimento fugidio, escorregadio, tênue, esfumaçado, que é a arguição. Só após ser arguido e se defender é possível transformar os objetos-conhecimento tese e dissertação em títulos de distinção acadêmica. É um outro objeto-conhecimento o mediador dessa transição estatutária. Semelhante estruturalmente às escarnificações, rituais de provação, reclusão e ainda muitas outras formas em sociedades tribais, a defesa de tese e dissertação carrega o mesmo peso simbólico para as comunidades de conhecimento no Brasil. Ela muda a pessoa do arguido, muda seu estatuto perante a comunidade.

Como um objeto-conhecimento de transformação substantiva e simbólica, a arguição é ela própria um mistério quase insondável. Não há uma regra pré-fixada sobre sua estrutura. Não há uma expectativa sequer de seguir algum roteiro. Todas

as formas que pode ter uma arguição são aprendidas apenas nos rituais em si. É apenas durante esses momentos específicos que temos contato com a arguição: assistimos alguém ser arguido. Somos arguidos. É, portanto, um conhecimento que se reproduz mimeticamente de ritual em ritual, e sua carga misteriosa e transitória possibilita sempre surpresas: novas formas de arguir, arguições espetaculares, arguições chatérrimas, tudo é possível encontrar numa defesa; o conhecimento ali atinge sua feição mais fluida e menos regrada. Isso não quer dizer que não haja formas que vão se consolidando historicamente, pois o hábito e o tempo vão tratando de construir essas práticas comuns, que poderíamos chamar de “estilos de arguição”. Mas há sempre margem para o novo, esse é o ponto.

A natureza da arguição é, portanto, fluida, fugaz, transitória, como cabe ao seu papel num ritual de transformação de pessoas, de produtor de novos seres sociais, novos receptáculos de relações propriamente acadêmicas. Essa natureza fugidia da arguição, esse objeto-conhecimento do qual depende a reprodução de todo um sistema, se apresenta na forma, em geral, não registrada de sua execução. Poucos escrevem as arguições, muitos improvisam a partir de comentários esparsos jogados aqui e ali ao sabor da leitura, em geral levada adiante aos trancos, dada a correria das nossas vidas acadêmicas. Aprendemos a arguir arguindo, desenvolvemos estilos pessoais de arguição à força, muitas vezes desesperados em encontrar algo para dizer sobre aquele trabalho a nossa frente. Entramos, quando arguimos, num mundo muito menos controlado do que encontramos em todos os outros objetos-conhecimento que produzimos e dos quais dependem nosso “desempenho” acadêmico.

E a arguição ganha mais essa ordem de mistério: ela não é quantificada, analisada, contabilizada nos processos estatais de auditorias acadêmicas. O número de participações em bancas não importa em nenhum canto, o esforço e trabalho para produzir arguições não é metrificado, não joga a favor da carreira do arguidor, não conta pontos no sofisticado sistema de contabilidade competitiva acadêmica. O tempo despendido na arguição não retorna como resultado de investimento acadêmico. Não na fria letra dos sistemas de contabilidade. A arguição é, portanto, um trabalho não contabilizado, não instrumentalizável em termos de projeção do campo acadêmico, não se insere nas estruturas de distinção acadêmica formais.

Mas não quer dizer que arguir não produza efeitos no mundo acadêmico das distinções. Vemos o efeito simbólico se aproximar do próprio caráter mágico e misterioso da arguição em si. É como se alguns arguidores, ao se destacarem pela eficácia de sua magia, estabelecessem para si um lugar de prestígio e, ao mesmo tempo, liminar: como feiticeiros do mundo acadêmico, são chamados a todo o momento para legitimar bancas e doar status a determinados rituais de defesa, nos quais se julgam os candidatos especialmente promissores, por exemplo. Esses feiticeiros arguidores começam uma carreira de pajelança acadêmica, soprando suas fumaças arguidoras por todos os lados, criando conjuntos de relações mágico-sistêmicas por aí. Ganham nome e um poder meio amedrontador, meio à margem.

De todos arguidores que vi em ação, de todos os feiticeiros que encontrei dominando a arte da transformação de alunos em mestres e doutores, nenhum produz mais impacto que Luiz Henrique de Toledo, Kike para os íntimos e nem tão íntimos. Membro de um número incrivelmente alto de defesas, a fama das arguições de Kike transborda a antropologia, seu campo usual, e se estende para campos correlatos e próximos. Produz prestígio em muitas searas e comunidades acadêmicas.

Suas arguições são simplesmente incríveis, seguindo um roteiro inesperado, olhando ângulos surpreendentes; sempre se pode ter certeza de diversão acadêmica se a defesa conta com sua presença. O estilo das arguições de Kike atinge um nível de excelência raramente visto e, lamentavelmente, dado o caráter eminentemente fugaz das arguições, raramente apreciado fora dos eventos-defesa em si. Esse estilo, graças aos deuses traiçoeiros da academia, tem a sorte de ser preservado em parte. As suas arguições são escritas, ficam registradas entre os documentos pessoais de Kike, muitas vezes também distribuídas aos arguidos após o evento. Esse registro documental de suas arguições, embora não traga junto toda a teatralidade das performances arguidoras nas defesas, nos permite conhecer um pouco dessa arte fugidia.

Esse livro nos permite ver, como em uma etnografia das defesas, ou mesmo uma historiografia das mesmas, algo desse estilo único, afeito a surpresas, conexões inesperadas, diálogos improváveis e radiações mágicas de sugestões insuperáveis. Temos aqui um livro diferente, uma nova e, de certa maneira, mágica forma de registrar algo do caráter fugidio do objeto-conhecimento arguição por meio de um dos seus mais talentosos executores. Este livro exala algo da atmosfera das defesas quando Kike está presente, algo do fluxo incessante de dons oferecidos em cada uma dessas várias arguições que podemos ler nesse formato. Um livro de arguições é uma forma completamente original de se pensar sobre a arte da arguição.

O efeito mágico do enfileiramento das arguições aqui é também em si surpreendente. As arguições foram feitas sempre para cada um dos eventos/rituais das quais fazem parte, não foram feitas para serem enfileiradas em um livro. Ter ciência disso é fundamental para ler todo o material que se apresenta aqui. É uma espécie de domesticação do potencial mágico das arguições o que se oferece com o enfileiramento. É também uma forma de entender algo sobre o mágico feiticeiro que a produz de forma tão brilhante.

O livro aparece, portanto, oferecendo novas perspectivas de análise, produzidas pelo enfileiramento. Vemos surgir debates entre as arguições do próprio autor, como motores de uma reflexão autoral quase que independente dos textos arguidos. As arguições são um diálogo do autor consigo mesmo, uma primeira forma de testar ideias em desenvolvimento, depois domesticadas em outros objetos-conhecimento (artigos, capítulos de livro). Essa é uma primeira dimensão inesperada deste livro que nos faz pensar: será que nossas próprias arguições são também um diálogo consigo mesmos? Será que a fluidez das arguições a torna propícia a ser um instrumento de análise do desenvolvimento intelectual dos arguidores, algo

como um inconsciente da nossa produção acadêmica se manifestando nesse espaço mágico? Nunca mais olharei para minhas arguições do mesmo modo depois de ter lido o conteúdo deste livro, isso é um fato.

Outra dimensão inesperada dessa aventura de enfileiramento das arguições é a exposição inevitável do mágico em si. Sabemos muito sobre Kike a partir de suas arguições. Especialmente concentrado em desenvolver uma conexão entre o conteúdo dos textos e a sua própria memória, como motivo analítico inesperado (do tipo, “eu vivi algo do que você escreve, comparemos”), as arguições trazem fatos, histórias, anedotas, reflexões sobre a infância, adolescência e juventude do arguidor em profusão. Sabemos um pouco das cidades vividas por Kike, das experiências universitárias, da vida cotidiana do sambista disfarçado de antropólogo. O samba, por exemplo, é um contraexemplo constante: sempre o samba diz alguma coisa sobre a cidade, sobre o esporte, sobre a vida que permite um gancho entre a memória do arguidor e o texto analisado, levando a verdadeiras poéticas antropológicas, genuínas peças de estilo único, a serem degustadas com calma, atentos às ironias, às delicadas reversões que propõe o arguidor.

Estamos diante, também, de um documento intelectual, construído sem pensar em sê-lo: desfilam pelo livro as preferências intelectuais levantadas nas críticas sutis, nos elogios matreiros, nas aparentes opções distintas dos arguidos. Vemos surgir uma antropologia própria, um testamento de filiações a temas e conceitos que pode ser visto apenas no conjunto enfileirado das arguições: um antropólogo de extrato simmeliano, dando muito destaque à noção de sociabilidade, integrada às torções roy-wagnerianas, das dialéticas sem síntese. Esse é o retrato principal, mas também há o maussiano inevitável, o retorno constante à magia zande de Evans-Pritchard, ao Naven de Bateson. Esse conjunto telúrico de referências produz uma superantropologia da multiplicação das diferenças, não de sua contenção, jogadas quase que ao sabor dos ventos, mas ligeiramente controladas por um leve bourdiesianismo sociológico, organizador do mundo.

Vemos também desfilar os inimigos fiéis, digamos, reunidos num anticulturismo totalizador sistemático. São como padrões analíticos contra o qual as leituras do trabalho se organizam, chamando-os sempre a uma destotalização, a uma fragmentação controlada da diferença, a uma antropologia tão complexa quanto a realidade em que experimentamos a aventura antropológica.

Eis aqui um livro a não se deixar de ler, uma pequena etnografia de um modo de conhecimento pouco ou nada analisado, uma exposição da natureza psicanalítica dessa arte, uma introdução ao pensamento complexo de um grande antropólogo (nunca pensada nesses termos, entretanto) e uma forma de apreciar, simplesmente, a arte incontável das arguições de Luiz Henrique de Toledo.

